

Gramsci e Thompson: o “bom senso” da “consciência de classe” trabalhadora

*Bruno José R. Durães*¹

RESUMO: A idéia central aqui é estabelecer uma confluência teórica entre as denominações “bom senso” e “consciência de classe”, respectivamente de Gramsci e de Thompson, visando, entre outras coisas, elencar alguns pontos de similitude e de incongruência entre as duas conceituações. De um lado, no universo gramsciano, emerge a idéia de que o “bom senso” é uma parte mais elaborada (crítica) de entendimento do mundo, que se diferencia do “senso comum”, e que não é exclusivo de uma classe ou de outra, assim como, não é reflexo da falsa ou da verdadeira consciência. O agir/pensar com “bom senso” é uma forma de fazer filosofia e isso é factível a todos os indivíduos, basta se constituir uma ideologia “orgânica” para tal, esse seria o grande passo da “filosofia da práxis”, que pode conduzir à transformação política e social. De outro lado, do thompsonian, tal conceituação (consciência de classe) tem um significado que emerge diretamente da experiência vivida dos agentes sociais (dos indivíduos), dos trabalhadores, que em contato com vivências no mundo, estruturam sua consciência (digamos experiência pensada), baseando-se tanto em elementos tradicionais (historicamente constituídos) quanto em elementos inovadores advindos do próprio agir coletivo dos trabalhadores ou do próprio “fazer” da classe operária.

PALAVRAS-CHAVE:

Consciência de classe, bom senso, classe trabalhadora.

¹ Doutorando em Ciências Sociais - Unicamp.

INTRODUÇÃO

Antônio Gramsci e E. P. Thompson foram, sem dúvida, uns dos principais teóricos do marxismo do século XX e ainda hoje têm forte aceitação no campo marxista e mesmo fora dele. Os escritos destes autores serviram, entre outras coisas, para dar novos impulsos ao marxismo, bem como, para possibilitar novas reflexões e trazer à tona questões centrais postas por Marx, que haviam sido mal interpretadas ou deixadas para “crítica roedora dos ratos”. Foi graças a Thompson, ao uso que faz do conceito de classe, por exemplo, fundamentado em Marx, que mantêm-se firme tal conceituação, a qual vinha sendo lançada ao ostracismo ou mesmo posta em desuso, principalmente em finais do século XX.

São autores que viveram em épocas diferenciadas e em países diferenciados. Gramsci, líder e militante político (dos trabalhadores), viveu na Itália, nos anos de 1891 à 1937, em um período marcado por repressão e regimes autoritários/fascistas, como foi o caso do governo de Mussolini, o qual ordenou a prisão de Gramsci, que ficou recluso por cerca de onze anos². Enquanto Thompson, Historiador, mais contemporâneo, nasceu e viveu na Inglaterra, no período de 1924 a 1993, ou seja, viveu em um período de capitalismo mais ameno (ou mais controlado e combatido), com o Estado de bem-estar europeu e alcançou o desenvolvimento intensivo do capitalismo ou da quarta revolução industrial, com a micro-eletrônica, chegando a vislumbrar contextos iniciais de globalização.

² Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, no prefácio do livro de Gramsci “Concepção Dialética da História”, afirmam: “No processo-farsa que o Estado fascista lhe moveu, o promotor pediu aos juizes que Gramsci fosse condenado, alegando: ‘É preciso impedir este cérebro de funcionar’”.(Coutinho & Konder, 1995: 03).

Tanto Gramsci quanto Thompson foram cruciais para propagar as concepções teóricas de Marx e do marxismo e são, ainda hoje, bastante lidos, comentados e criticados. No caso de Gramsci, muitas das críticas advêm de dentro do próprio campo marxista, o qual, geralmente, coloca-o como o teórico da “superestrutura”, quase um não marxista³. Já Thompson é taxado de “culturalista”, onde tudo e todas as coisas seriam processuais, mutáveis, perdendo (supostamente) o poder estrutural (ou da infra-estrutura econômica); é como se a estrutura saísse de cena, sendo suplantada pelas “experiências” dos indivíduos (trabalhadores). Fazemos aqui apenas referências a título ilustrativo sobre os referidos autores, não é nossa intenção descrever o conjunto da vida e da obra deles.

O campo de inserção destes teóricos na atualidade do marxismo é denominado de *marxismo relacional* ou *perspectiva relacional*. Isto se deve, fundamentalmente, ao fato dos autores terem feito inovações teóricas importantes. Na verdade, toda inovação teórica é vista com suspeita em qualquer área do conhecimento, ainda mais, quando ela envolve décadas de tradição não só teórica, como também, essencialmente, prática/militante e ideológica. Talvez isso tenha sido uma das principais reações sofridas pelos autores, notadamente no caso de Gramsci. Enfim, voltando às inovações lançadas por eles, as quais são enquadradas no campo relacional, temos: do lado de Gramsci, por exemplo, a ruptura com a perspectiva do economicismo e da metáfora da infra e superestrutura, dando maior vazão à indeterminação da superestrutura e mais, afirmando que é justamente neste campo que as ações políticas/práticas deveriam

³ Conforme Macciocchi (1977: 13), Gramsci “(...) através da revalorização do conceito de práxis, demonstrou que o marxismo não deve ser considerado como uma ‘ciência da infra-estrutura’, mas como a articulação complexa da teoria e da prática na relação infra-estrutura-superestrutura”.

concentrar suas forças, no campo ideológico, na construção de uma ideologia de massa, em ações de formação política, que gerassem uma espécie de ideologia do “bom senso” (uma concepção de mundo).

Disto se chegaria a visões do mundo melhor constituídas, mais elaboradas, permitindo a consolidação de transformações sociais de novo tipo, não mais via *tomada* ou *assalto* do Estado (modelo russo), mas pela *conquista* deste; no caso de Thompson, dar-se-á principalmente pela inovação que ele traz com a noção de classe, afirmando que esta não nasce pronta e acabada, como resultante do processo produtivo, mera determinação estrutural (economicista), mas que, ao contrário, ela implica em longos processos históricos/dialéticos de (des)construção de tradições, as quais envolvem vários aspectos e padrões de vida, como a religião, a família, a renda, a alimentação, as condições de trabalho, o lazer, a instrução, etc., tão bem destrinchados pelo autor. Além de afirmar que não existe uma falsa ou uma verdadeira “consciência de classe”, ele afirma que simplesmente ela é, em seu modo fluído, dinâmico e constituído historicamente⁴.

Temos como *hipótese* do texto a seguinte afirmação: a formação/constituição ou o “fazer” da classe trabalhadora implica na concatenação de elementos (históricos) consistentes de “bom senso” no interior da consciência da classe, colocando cada vez mais em

⁴ Conforme Beynon (1996: 260), o conceito de classe em Thompson seria “(...) um ‘conceito de ligação’, um meio de lidar com a interseção entre estrutura e ação. Seu caráter aberto e ilimitado excluía as interpretações de consciência ‘falsa’ ou ‘verdadeira’”.

segundo plano a parte do “senso comum” no interior dessa consciência.⁵

Linhas gerais sobre Gramsci

Pode-se afirmar que a mais relevante contribuição de Gramsci ou, como diria Norberto Bobbio (1999), um dos momentos que o diferencia da compreensão marxiana é, justamente, a valorização que ele dá ao espaço da superestrutura⁶. E é neste espaço que Gramsci situa a sociedade civil, afirma Bobbio:

(...) tanto em Marx como em Gramsci, a **sociedade civil** – e não mais o Estado, como em Hegel – representa o momento ativo e positivo do desenvolvimento histórico. Por outro lado, em Marx este momento ativo e positivo é estrutural, ao passo que em Gramsci é superestrutural. (Idem, p.55) (grifos nosso)

Esta guinada do teórico ou este *novo olhar* gramsciano de conceber mais atenção à superestrutura e à sociedade civil nesta superestrutura rompe com qualquer tipo de economicismo rasteiro. Na verdade, a idéia é pensar em uma relação de reciprocidade entre estas duas instâncias, entre a infra e a superestrutura, ou seja, entre os conteúdos materiais/concretos da existência e as formas ideológicas/simbólicas⁷.

⁵ Ficaremos restritos, neste texto, na análise da “Concepção Dialética da História” (1987), de Gramsci, e, da “Formação da Classe Operária Inglesa” (1987), de Thompson.

⁶ Essa questão da estrutura/superestrutura, da metáfora, no próprio Marx é uma questão não resolvida.

⁷ Como afirma o próprio Gramsci (1995: 63): “(...) esta distinção entre forma e conteúdo é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais.”

Vai ser na sociedade civil que se concentrará o lócus das disputas, da luta de classes, o próprio espaço da construção da “hegemonia”. Sinteticamente, a “hegemonia” significa o momento de construção de consenso⁸, não é um momento absoluto, ao contrário, é recheado por multiplicidade de relações sociais que são concatenadas e imbricadas em um sentido comum, sob uma mesma direção, ou seja, só se forma o momento hegemônico com concessões⁹.

Para Gramsci (1995: 52-53), a sociedade é formada pelo “bloco histórico”, que é composto pela inter-relação da estrutura com a superestrutura (o campo ideológico, as concepções de mundo), e que a superestrutura reflete o conjunto das relações sociais de produção, bem como, influi na formação social (em relações sociais e econômicas de produção), compondo uma relação de reciprocidade. É dentro deste “bloco histórico” que se encontra a possibilidade da mudança, de uma nova práxis, calcada no “bom senso”. Dentro deste bloco, existem grupos dominantes, agrupamentos que governam determinado país em determinada época. Estes não são necessariamente dotados de “hegemonia”, podem tê-la ou não tê-la, e não se trata de um grupo unitário, de mesma visão do mundo ou de mesmo pensamento. Na verdade, é composto por agrupamentos ou frações que estão no poder, com ideologias diversas.

⁸ “A hegemonia é para ele [Gramsci], sem lugar a dúvidas, o momento do consenso.” (Coutinho, 1999: 249).

⁹ Ver Gramsci (1995). Conforme Coutinho (1999: 248), o Estado não seria apenas o espaço da coerção, apenas a serviço do grupo dominante, como em Marx/Lênin, mas também o espaço de formação do consenso, de disputas. Esse tipo de Estado (de disputas, de construção de consensos) representa o Estado Moderno, típico do mundo Ocidental, “(...) um tipo de Estado ‘ampliado’, no qual exista uma ‘justa relação’ entre Estado e sociedade civil” (Id., Ibid.: 209). E, em um Estado deste tipo (ocidental), o caminho da transformação não passaria mais pela tomada direta do poder ou via prussiana, mas sim, pela luta e conquista da hegemonia, via ideologia, assim como, pela guerra de posição. (Id., Ibid.: 210-211).

No geral, a teoria gramsciana foi direcionada para sugerir uma nova forma da classe trabalhadora alcançar o poder, chegar a se constituir dentro do “bloco histórico”, enquanto classe hegemônica, via convencimento, via práxis, via ações concretas de formação política/ideológica, assim como, via revolução e, depois que chegar ao poder, estabelecer a construção da hegemonia, via formação de consensos¹⁰. O caminho para o poder dar-se-ia via ações pautadas no “bom senso”, as quais seriam disseminadas pela “filosofia da práxis”. Uma filosofia voltada diretamente para ações no mundo, principalmente através dos “intelectuais orgânicos”, que inseridos nos movimentos de massa/populares, oriundos destes, iriam fazer a ligação entre teoria e prática, iriam compor momentos de formação política, que desencadeariam a luta revolucionária. O caminho adequado para a mudança, segundo Debrun (2001), referindo-se a Gramsci, seria via formação do novo “bom senso”, que seria desenvolvido antes da tomada do poder¹¹. Segundo o autor (Idem: 258), o caminho seria o seguinte:

No seio da ordem vigente, ele [o bom senso] deve crescer sob o impulso de um grupo contra-hegemônico, ao mesmo tempo em que reforça essa contra-hegemonia. A preparação de uma revolução não pode relegar a segundo plano a pedagogia indispensável à constituição de um novo tipo de mentalidade, adequado à época em gestação.

¹⁰ As ações políticas/práticas da mudança tinham primeiro que se tornar comuns na sociedade civil, tinham que representar uma espécie de vontade coletiva, para depois se alcançar as mudanças, e estas, sempre alicerçadas no “bom senso”.

¹¹ Esse tipo de concepção de Gramsci é bastante inovador para época, o caminho revolucionário da mudança não se daria mais pelo assalto do poder, como foi o caso russo. O caminho gramsciano é, conforme Debrun (2001: 259), “(...) a ‘guerra de posição’ ou de trincheiras, em que o assalto final à ordem vigente é preparado por um longo esforço de solapamento pedagógico-político e pedagógico-escolar das instituições (...)”.(grifos nossos). Conforme Coutinho (1999: 277), a guerra de posições “(...) implica em conquista progressiva de espaços (...)”.

Conforme Gramsci, a “(...) filosofia é a crítica e a superação da religião e do senso comum e, neste sentido, coincide com o ‘bom senso’ que se contrapõem ao senso comum” (1995: 14). Aqui, o caminho para a construção dessa concepção do mundo crítica não passa pela religião, nem fica restrita ao senso comum, ao contrário, é a ruptura e a superação destas duas esferas.

Para o teórico (Ibid.), o mais importante para levar para o povo, ou para ser vivenciado por este, seria: “(...) **o convite à reflexão**, à tomada de consciência de que aquilo que acontece é, no fundo, racional e que assim deve ser enfrentado, (...) não se deixando levar pelos impulsos instintivos e violentos” (p.16) (grifos nosso).

Este momento do “convite à reflexão” seria uma das principais ações da teoria de Gramsci, algo que deveria ser incentivado sempre. Seria o momento de formação política que, posteriormente, tornar-se-ia ideologia das massas, a qual, certamente, chegar-se-ia a mudanças sociais efetivas, a própria revolução. Esse incentivo poderia advir de organizações populares, tipo sindicatos e até partidos políticos (partes da sociedade civil)¹². Essa reflexão “racional” fomentaria concepções do mundo críticas, ou seja, conduziria à própria ação para “(...) uma direção consciente” (Ibid.: 16). Esta direção consciente seria, segundo o autor, “(...) o núcleo sadio do senso comum, o que poderia ser chamado de bom senso, merecendo ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente” (ibid., loc. cit.). Isto é, dentro do próprio senso comum, há a possibilidade de se chegar ao “bom senso”. Todavia, aqui mora uma das dificuldades centrais: como difundir esse convite à reflexão

¹² Gramsci (1995: 22) achava a atuação dos partidos muito importante para formação política.

pautado no “bom senso”? Gramsci vê uma saída para isso através da ligação entre filosofia e prática, entre “intelectuais” e “simplicírios” (Ibid.: 18); para ficar mais claro, entre homens do saber e massa/povo, via “filosofia da práxis”, a qual tem por tarefa:

(...) apresentar-se, inicialmente, em uma atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E portanto, antes de tudo, como crítica do ‘senso comum’ (e isto após basear-se sobre o senso comum para demonstrar que ‘todos’ são filósofos e que não se trata de introduzir *ex novo* uma ciência na vida individual de ‘todos’, **mas de inovar e tornar ‘crítica’ uma atividade já existente**) (...) (Id., *ibid.*, loc. cit.) (grifos nosso).

Em outras palavras, a tarefa central da “filosofia da práxis” (Id., *ibid.*) seria incentivar o pensamento crítico, a reflexão crítica das coisas do mundo, convidar as pessoas a fazerem tal processo, haja vista que todos/as estão no mundo elaborando (ainda que reproduzindo) concepções do mundo, agindo, pensando, vivendo, porém, fazendo tudo isso sem nem mesmo refletir sobre tal processo.

Destarte, essa seria a intervenção central proposta pelo autor, mexer em elementos originários do campo da superestrutura, presentes na sociedade civil, no campo ideológico, que não está preso à posição social do indivíduo na estrutura econômica, mas sim, muito mais ligado a reflexão que este faz ou pode vir a fazer do mundo¹³.

Sintetizando, para Gramsci, chegaríamos, pois, ao momento no qual as relações sociais cotidianas seriam constituídas/recheadas por ações racionais críticas, conformando uma espécie de prática pensada e vivida, isto é, o indivíduo (o/a trabalhador/a) no seu dia-a-

¹³ Isso não quer dizer que Gramsci não via as influências das contradições materiais de vida das pessoas. Não é isso. Apenas ressaltamos que ele escapa da jaula estrutural/economicista.

dia iria refletir coerentemente sobre as coisas e iria passar a agir conforme essa reflexão, que seria, agora sim, expressão do “bom senso”. Portanto, quando estas práticas coerentes fossem regras, se tornassem comuns, chegar-se-ia a um novo tipo de sociedade. Claro, que isso após inúmeros processos de disputas e lutas sociais dos trabalhadores. Este momento seria, digamos, o império do “bom senso”, a própria racionalidade social, difundida coletivamente.

Tal momento, portanto, tinha que ser algo generalizado/coletivo e orgânico (superestrutural), não podendo ser fruto de imposições, arbitrariedades ou autoritarismo, nem também, fruto de fanatismo (Gramsci, 1995: 28). Caso contrário, não conseguirá ser coletivo, chegar a todos. Gramsci levanta uma indagação que sintetiza definitivamente as reflexões em torno desta questão (bom senso).

(...) é preferível pensar sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, ‘participar’ de uma concepção do mundo ‘imposta’ mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos vários grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente (...) ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira crítica e consciente e, (...) não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade? (grifos nosso) (1995: 12).

Inicialmente, ele deixa em aberto tal indagação, mas, ao longo do livro, vai dando a resposta, que, sem dúvida, está direcionada para a segunda parte da pergunta, a que trata do indivíduo que elabora por si sua “(...) própria concepção do mundo de uma maneira crítica e consciente (...)”(Id., *ibid.*, loc. cit.).

Deixaremos esta questão em aberto para futuras investigações, mesmo porque tal reflexão exige uma análise muito mais aprofundada da obra do autor. Todavia, ressaltamos aqui, como

resultado desta rápida investida pela teoria de Gramsci, sua idéia do “bom senso”, este como sendo algo mais elaborado que o “senso comum”, e que permite a constituição de concepções do mundo mais elaboradas/críticas, diferentemente do reino do “senso comum”, ainda que parta deste, porém, se *diferencia* e *supera-o*. É este momento de vigência ou passagem para o “bom senso” que chamaremos à atenção na relação com E.P.Thompson, em sua noção de “consciência de classe”. Por ora, fiquemos com a seguinte indagação: *o que de “bom senso” existe na formação da “consciência de classe” dos trabalhadores?*

Linhas gerais sobre Thompson

Thompson, tal qual Gramsci, destaca-se no marxismo, notadamente, por propor inovações teóricas (novos olhares), as quais provocaram reações, mas que ao longo do tempo foram sendo incorporadas e mais aceitas no campo marxista, principalmente em relação a sua concepção de classe social¹⁴. Uma das preocupações centrais deste autor foi *priorizar* o campo da ação perante a estrutura, isto é, das ações humanas/históricas como fundadoras e modificadoras das estruturas e instituições sociais¹⁵. Uma de suas principais polêmicas foi travada contra o teórico marxista Louis Althusser

¹⁴ Apenas a título ilustrativo, vale a pena frisar que o conceito de classe é ainda hoje, no campo marxista, e mesmo em Marx, uma das questões mais controversas e não resolvida que existe. Contudo, é também por demais relevante tal conceituação. Segundo Beynon (1996: 254), “(...) a noção de classe é, simultaneamente, o mais útil e o mais problemático dos conceitos usados por historiadores e cientistas sociais.”

¹⁵ A saída de Thompson não significa mero “voluntarismo” ou coisas do gênero, é sim algo de imbricação entre ação e estrutura, nas quais as relações de produção determinam, constroem, assim como, sofrem interferências e inovações dos agentes, bem como, abrem novas possibilidades para ação. Essa saída está delimitada pelo conceito de “experiência” (Thompson, 1987), o qual veremos ao longo do texto.

(1918-1990), retratada em seu livro a “Miséria da teoria” (1981), principalmente por refutar o peso estruturalista dado por Althusser à economia na formação e existência da sociedade.¹⁶

Para Thompson, a classe social tem que ser pensada de modo relacional, não podendo ser apreendida de maneira estática, mas sim como um processo histórico, fruto das ações de homens/mulheres reais, em relações, como um *fazer de classe*, a qual não se restringe à mera determinação econômica¹⁷. Conforme o teórico (1987: 09), “A classe operária não surgiu como o sol numa hora determinada. **Ela estava presente ao seu próprio fazer-se.**” (grifos nosso). Quer dizer, ela se fez e foi se compondo ao longo do processo de desenvolvimento da sociedade industrial; isto é, não foi lançada como em um ato criador, originário, muito menos, como num passe de mágica, nem mesmo, como uma simples imposição dos donos dos meios de produção. Ainda segundo o autor (1987: 10), a classe acontece quando:

(...) alguns homens, como resultado de **experiências comuns (herdadas ou partilhadas)**, sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. (grifos nosso)

Ou seja, o mote formador da classe é a “experiência” em comum, de situações, de *tradições* (herdadas, como a herança

¹⁶ Sobre essa polêmica ver Sewell Jr (1990) e Martín (1996).

¹⁷ De acordo com Beynon (1996, p.260), Thompson “(...) deixou clara sua aversão pela definição de classe das escolas estruturalista e stalinista do marxismo (...). Sua intenção era resgatar as experiências da classe operária (...)”. Segundo Martín (1996: 74), as reflexões de Thompson representam “(...) a revalorização do elemento subjetivo, da cultura, da consciência (...)”.

religiosa/metodista ou das turbas¹⁸) e de *inovações*, enfim, um conjunto de práticas vivenciados em comum é o elemento definidor e agregador da classe, e isso em contraposição a outros grupos de indivíduos que possuem interesses diferentes dos primeiros. A idéia de classe aqui fica evidente que é fruto de relações históricas, que significa “(...) algo fluído que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura.” (Id., *ibid.*, loc. cit.). Para se compreender a classe tem que ser “(...) durante um considerável período histórico” (Id.: 12), como fez o autor ao estudar a formação da classe operária inglesa, no período de 1780 à 1832¹⁹.

Uma das preocupações centrais na concepção de classe do teórico vai ser atentar para o caráter não-econômico do fazer da classe, não negando tal influência, porém, relativizando-a e evidenciando outros aspectos não-econômicos que influenciaram na sua composição - aspectos como a questão religiosa e a herança política/social/cultural de grupos de trabalhadores, antes mesmo da consolidação da classe operária (fabril).

Toda formação de classe implica na existência de “consciência de classe”, sem se preocupar em definir a verdadeira ou a falsa consciência, mesmo porque não existe “uma” consciência, mas várias. Para Thompson (1987: 10): “A consciência de classe é a forma

¹⁸ Como afirma Thompson (1987), as turbas fazem parte da história do povo inglês, que sempre fez protestos, principalmente contra aumentos dos preços de alimentos, como no caso do preço do pão, do queijo, da carne, etc. Segundo Thompson (*Ibid.*, p.64), “O povo inglês era conhecido por toda a Europa pela sua turbulência (...)”. Conforme o autor (*Idem*64 e 65): “O século 18 e o início do século 19 são pontuados pôr motins ocasionados pelos preços do pão, pelos pedágios e postagens, impostos de consumo, ‘resgates’, greves, nova maquinaria, fechamento das terras comunais, recrutamento e uma série de outras injustiças”.

¹⁹ Essa preocupação do autor com o aspecto de formação histórica da classe trabalhadora, está também presente em Gramsci, uma nítida herança de Marx, como havíamos afirmado anteriormente.

como essas experiências [do fazer da classe] são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais”.

Ou seja, enquanto a “experiência” pode ser entendida como o reino da prática, do mundo concreto, imediato, das relações sociais diretas (principalmente das relações de produção), tanto herdadas da tradição/cultura como resultantes das interações sociais (subjetividades) e, assim, inovações, o mesmo não ocorre com a “consciência de classe”. Esta, digamos assim, é o reino do abstrato, da reflexão, ainda que reflexão das vivências e experiências imediatas/concretas.

Voltando para questão da composição da “consciência de classe”, para Thompson (1987: 10), pode-se

(...) ver uma *lógica* nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma. (grifos nosso).

Essa afirmação quebra, de início, com qualquer tentativa de se constituir uma compreensão unívoca da “consciência de classe” operária. Pelo contrário, pode haver semelhanças entre “experiências” similares de vida, mas que não são “exatamente” da mesma forma. Isso permite perceber que o autor estava ampliando a idéia de “consciência de classe”, não a reduzindo a mera situação econômica²⁰. Imaginem o golpe que tal perspectiva causou (e causa) em boa parte do marxismo, principalmente, para os que defenderam

²⁰ Para Thompson (1987: 10), “(...) a experiência de classe aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe”. Ou seja, ele garante aqui o campo da indeterminação da “consciência de classe”.

um mesmo tipo de “consciência de classe” para todos os/as trabalhadores/as do mundo²¹. Assim, não foi (e não é) estranho que tenham surgido inúmeras críticas em relação a Thompson, uma das quais o coloca ainda como estruturalista, que concede primazia a infra-estrutura. Porém, deixemos isso para futuras indagações e voltemos à compreensão do significado da “consciência de classe”, para assim podermos fazer a relação com o “bom senso” de Gramsci.

Resumindo, “consciência de classe” operária, em âmbito geral, seria: “(...) **a consciência de uma identidade de interesses** entre todos esses diversos grupos de trabalhadores, contra os interesses de outras classes” (ibid.: 17). Ou seja, é a consciência de um conjunto de interesses comuns contra os interesses de outras classes. Essa definição, por sinal, é próxima de Marx. A questão que ora levantamos aqui é saber se essa “consciência de classe” é “bom senso” ou “senso comum”, para assim estabelecermos uma relação direta com Gramsci. Faremos tal relação apenas de modo conceitual, sem nenhuma pretensão empírica/factual.

Como vimos, para Thompson, tal “consciência de classe” é possível via junção de uma “identidade de interesses”. A questão que surge, então, é: como se forma essa identidade de interesses? São dados externamente pelo outro, por outra classe, como a dos capitalistas ou donos dos meios de produção? Ou, ainda, são formados internamente nas próprias relações sociais dos

²¹ Pensar em condições objetivas similares de trabalho e de vida dos trabalhadores do mundo foi um dos grandes achados de Marx e Engels no início de suas formulações teóricas, estando presente já nos “Manuscritos Econômicos e Filosóficos” de 1844 e no “Manifesto do Partido Comunista”, em 1848. Além de perceber que estas condições similares poderiam levar a lutas similares de todos/as os/as operários/as do mundo, obviamente, que conduziria a formação de consciência de classe similares, ver Marx & Engels (1996; 2004).

trabalhadores, em suas vivências objetivas e reflexões cotidianas? Em Thompson, essa identidade se forma no interior da classe trabalhadora, e essa composição não surgiu pronta e acabada, composta como num *passee de mágica*.

Conforme Thompson: “ (...) a Revolução Industrial não foram impostas sobre um material bruto, mas sobre ingleses livres – livres como Paine os legou ou como os metodistas os moldaram” (Ibid., p.18). Ou seja, o que havia ali na formação da classe operária não era um agrupamento de indivíduos “brutos”, sem nenhuma base anterior. Ao invés disso, havia ali indivíduos livres, herdeiros de tradições anteriores, como foi o caso da “turba” como vimos anteriormente, tanto no nível do pensamento transformador (jacobino) quanto de influência religiosa (metodista, conformista). Por isto, o “fazer” da classe operária foi bastante dinâmico e de duas vias, como havíamos referenciado antes, uma advinda da tradição e outra da vivência presente, ou ainda, uma estática e outra dinâmica/inovadora, fatos que conjugados constituem as “experiências” de classe, que de modo *reflexivo* compõem as consciências de classe. Como sintetiza Thompson: “Eles foram objeto de doutrinação religiosa maciça e criadores de tradições políticas. A classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada” (ibid., loc. cit.)

Porém, retornando a nossa questão: como se formaram essas identidades? Vimos que internamente, na própria classe. Dessa maneira, como saber se são consciências pautadas no “senso comum” ou no “bom senso”, fazendo referência à Gramsci? Será que são consciências meramente desorganizadas, mal elaboradas, que raramente conseguem constituir visões do mundo críticas, meros *reflexos* do real? E para onde vai toda uma carga de aprendizado e formação coletiva, vivenciada pela classe operária ao longo de anos e

mesmo décadas de formação e constituição? Enfim, será que a “consciência de classe” é mera representação do “senso comum”?

Para uma guisa de Conclusão ou o “Bom Senso” da “Consciência de Classe” em Thompson.

A relação que propomos aqui entre a categoria de “bom senso”, em Gramsci (1995), e a noção de “consciência de classe”, em Thompson (1987), em nenhum momento deve ser tomada enquanto uma relação de um indivíduo, assim como, não deve ser tomada como algo universal e irremediável. Outrossim, deve ser entendida a partir de um prisma histórico, como uma espécie de suporte que determinados grupos adquirem e que lhes permitem uma *melhor compreensão do mundo*.

O “bom senso” tem que ser compreendido como um instrumental para ação, porém, um instrumental coletivo, que não se adquire como num *passe de mágica* nem com um conjunto formal de regras sintetizadas em uma cartilha, mas sim, emerge da prática, em “experiências” (Thompson, 1987), em contextos de *participação, reflexão e aprendizado histórico* – isto é, vivências objetivas e reflexões subjetivas juntas, mutuamente determinadas. Essa é a compreensão proposta por Gramsci. Este instrumental, portanto, adquire-se, a nosso ver, com vivências, em contextos de “experiências”, como diria Thompson (1987), partilhadas por um conjunto de indivíduos que conformam uma classe, que em seu “fazer” (agir e pensar) constituem e herdam certos aprendizados e certas visões do mundo. Esse fazer e essas experiências da classe implicam também em formação política, em participação sindical, política/partidária. Sem dúvida, essas instituições têm papel relevante

nessa construção do “bom senso”, porém, não são absolutas, não são a única via para o “bom senso”.

Nossa intenção aqui, como frisamos ao longo do texto, é de caráter estritamente introdutório, por isso, ficamos mais interessados em lançar novos olhares e estabelecer novas relações do que fazer afirmações absolutas. Assim, voltemos para nossa questão: o que há de “bom senso” na Consciência da Classe Trabalhadora?

Voltando a nossa suposição inicial, isto é, nossa *hipótese*: a construção de uma classe, no caso da classe trabalhadora, o fazer da classe trabalhadora, implica na concatenação de elementos consistentes de “bom senso” no interior de sua “consciência de classe”, colocando cada vez mais em segundo plano as concepções do mundo advindas do “senso comum”. Ou seja, à “consciência de classe” implica historicamente na constituição de “bom senso” (em um processo histórico contínuo). Por exemplo, no caso apresentado por Thompson, da formação da classe operária inglesa, do período de 1780 à 1832, acreditamos que significou justamente a formação de um “bom senso” na classe operária, que por diversas razões terminou por não se efetivar em transformações sociais duradouras ou propriamente em revolução, apesar de ter gerado inúmeros movimentos de contestação, principalmente no tocante ao preço dos gêneros alimentícios, mas também em relação às condições de trabalho, notadamente, de crianças e mulheres, bem como, referente a existência de longas e intensas jornadas diárias de trabalho.

Relativa a esta questão do “bom senso”, supomos que toda formação de classe, no caso, da classe trabalhadora, remete a um processo histórico de tradição e de inovação, é o próprio “fazer” da classe, para remeter a Thompson (1987, 1987a, 1987b). Este fazer implica necessariamente, a nosso ver, em idas e vindas de compreensão social e de interpretação do mundo que, ao cabo de

40 *História na Fronteira*, Foz do Iguaçu, v. 2, n. 2, p. 23-42, jul./dez. 2009.

aprendizados sucessivos, terminam por desencadear processos de ruptura com o “senso comum” e a constituir em momentos de “bom senso”, os quais surgem não apenas das ações dos “intelectuais orgânicos”, mas também do próprio fazer da classe. Contudo, existe ainda reminiscência de senso comum. A depender dos períodos vivenciados pela sociedade (das conjunturas), se de crise ou de bem estar, as visões do mundo tendem mais para o “bom senso” ou para o “senso comum”. O que caberia às organizações da classe trabalhadora é saberem estimular o máximo desenvolvimento desse “bom senso” (via formação política). Isso talvez poderia de fato se tornar uma prática corrente, uma “ideologia orgânica”, como preconizava Gramsci (1995). E, através de uma intensa participação de “intelectuais orgânicos”, poderia-se chegar a um momento de revolução, pelo menos, enquanto possibilidade.

Procuramos aqui frisar, sem querer sintetizar em lei, que todo processo de formação de uma classe, no caso, da classe trabalhadora, *implica em aprendizado, bem como, em avanço ou recuo dos níveis de compreensão do mundo, apesar de acreditarmos que o legado de aprendizado passado (prático e teórico) de uma geração para outra sempre resulta em maior possibilidade de “bom senso”, de coerência*. Dizer isso, entre outras coisas, serve para romper com uma gama de preconceitos e/ou de mitos que se formaram em torno da classe trabalhadora, os quais, geralmente, por serem cunhados pelos dominantes, insistem em desclassificar tudo advindo dos trabalhadores, rotulando-os de “inferiores”. Esse tipo de classificação também decorre de alguns núcleos de intelectuais que acham que encontraram a verdade e que basta ir levá-la para a massa e guiá-la para revolução. Na verdade, existe muito mais a conhecer nos movimentos dos trabalhadores do que se imagina.

Bibliografia

BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. Paz e Terra: São Paulo, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson; KONDER, Leandro. Prefácio. In: GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, edição revista e ampliada, 1999.

DEBRUN, Michel. **Gramsci: filosofia, política e Bom Senso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Centro de Lógica e Espistemologia, 2001.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MARX, Karl; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MACCIOCCHI, Maria Antonietta. **A favor de Gramsci**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MARTÍN, Pedro Benítez. E. P. **Thompson y la historia: um compromisso ético y político**. Madrid: Talasa Ediciones, 1996.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 1, 1987.

_____. **Formação da classe operária inglesa. A maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 2, 1987 a.

_____. **Formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 3, 1987 b.

SEWELL JR. William H. **“How classes are made: critical reflections on E.P. Thompson’s Theory of Working-class formation”**, In: KAYE, Harvey J. e McCLELLAND, Keith (Org.). E. P. Thompson critical perspectives. Philadelphia: Temple University Press, 1990.